

Bolchevistas e Trotskistas no Brasil: a Revolução Russa e a revolução brasileira nos anos 1920

*Filipe Leite Pinheiro*¹

Eixo temático: 6 – Marxismo e Revoluções: teoria e história

Resumo: Ao colocar a revolução em perspectiva mundial, a Revolução Russa originou um debate sobre a possibilidade de revolução socialista ao redor do mundo. No Brasil este acontecimento reverberou em um movimento operário majoritariamente anarquista, provocando sua cisão entre, os defensores da revolução bolchevique, e, principalmente, de seus métodos táticos-organizativos, e os que permaneciam fiéis ao anarquismo. Desta cisão tem origem, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro, o primeiro espaço em que se desenrola a discussão sobre a revolução socialista no Brasil. De 1922 a 1929, em seu primeiro ciclo político, as formulações e práticas do partido estiveram fortemente marcadas pelas reviravoltas política da Internacional. Neste panorama tiveram lugar duas formulações estratégicas. A primeira delas é elaborada por Octavio Brandão, primeiro intelectual orgânico do PCB, que tomaria o dualismo agrarismo-industrialismo para defender a possibilidade de uma revolução burguesa que pendesse para o socialismo através de uma aliança com a burguesia liberal insurreta e os tenentes. A segunda é formulada por Mario Pedrosa e Lívio Xavier, dissidentes do PCB que, com a ruptura definitiva de Trotsky com a Internacional, fundam o Grupo Comunista Lenin. Estes autores identificam o Brasil como um país colonial e escravista, cuja produção era voltada para o abastecimento do mercado mundial de gêneros primários, destacando pela primeira vez o caráter capitalista do desenvolvimento brasileiro, e colocando a possibilidade de uma transição direta para o socialismo. O artigo aborda esta duas interpretações buscando relacioná-las com o processo russo, com a dinâmica histórica do Brasil e do PCB.

Palavras Chave: Interpretações do Brasil, marxismo brasileiro, Octavio Brandão, Mario Pedrosa, Lívio Xavier.

Abstract: By putting the revolution in world perspective, the Russian Revolution sparked a debate about the possibility of socialist revolution around the world. In Brazil this event reverberated in a mostly anarchist working-class movement, causing its split between the defenders of the Bolshevik revolution, and especially its tactical-organizational methods, and those who remained faithful to anarchism. From this split, in 1922, the Brazilian Communist Party, the first space in which the discussion of the socialist revolution in Brazil takes place. From 1922 to 1929, in its first political cycle, the formulations and practices of the party were strongly marked by the political upheavals of the International. Two strategic formulations have taken place. The first is elaborated by Octavio Brandão, first organic intellectual of the PCB, who would take the agrarian-industrialist dualism to defend the possibility of a bourgeois revolution that hung for socialism through an alliance with the insurgent liberal bourgeoisie and the lieutenants. The second is formulated by Mario Pedrosa and Lívio Xavier, dissidents of the PCB who, with the definitive rupture of Trotsky with the International, founded the Lenin Communist Group. These authors identify Brazil as a colonial and slave country, whose production was aimed at supplying the world market of primary genres, highlighting for the first time the capitalist character of Brazilian development, and placing the possibility of a direct

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (FE/UFF). Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx/UFF) e do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA/UFRJ-UFRRJ). E-mail: leitepn@gmail.com.

transition to socialism. The article deals with these two interpretations, seeking to relate them to the Russian process, with the historical dynamics of Brazil and the PCB.

Key Words: Interpretations of Brazil, Brazilian Marxism, Octavio Brandão, Mario Pedrosa, Lívio Xavier.

1. Introdução

Evento de escala global, a Revolução Russa de 1917 marca a história do século XX. A partir de 1919, com a criação da III Internacional Comunista (IC), trabalhadores de toda parte participam de cada passo da “revolução mundial”, que, como acreditavam, em breve despontaria no horizonte. Com os trabalhadores brasileiros não seria diferente. O impacto da Revolução Russa desencadeia ao longo dos anos 1920 a fundação de uma tradição marxista brasileira através de uma controvérsia referenciada na realidade nacional.

As contribuições que formam esta controvérsia partem de uma reflexão sobre a formação econômica e social brasileira, para fundamentar uma estratégia revolucionária, apresentando assim o que Coutinho (2011a) chama de “imagem do Brasil”. O debate da formação econômica e social traz uma caracterização da economia colonial, de sua transição para o capitalismo, e suas especificidades em diversos aspectos, como o Estado, a política e as classes sociais. Já a discussão em torno da estratégia revolucionária para o Brasil procura, através destes elementos, identificar o conteúdo, as forças motrizes, as formas organizativas e as diretrizes táticas da revolução brasileira.

Os autores tratados são intelectuais orgânicos da classe trabalhadora em um período importante da sua formação, refletindo em suas interpretações os condicionantes e os limites deste processo. A partir de suas respectivas organizações políticas, os intérpretes lançam um olhar totalizante sobre a história do Brasil tomando como referência os acontecimentos contemporâneos. O itinerário teórico desta reflexão assume o *Hit et nunc* como inevitável ponto de partida, associando suas particularidades histórico-concretas às tendências gerais de desenvolvimento do capitalismo, algo crucial para a reflexão marxista (LUKÁCS, 2011, p. 84).

Duas organizações políticas tomam partido nesta controvérsia. A primeira delas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), seria o primeiro espaço a propor uma discussão sistemática sobre uma interpretação marxista da realidade nacional, tendo na figura de Octavio Brandão (1896-1980) seu principal formulador. Sua imagem marxista seria

apresentada em *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924* ([1926] 2006), e aprofundada em *O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa* ([1928] 1985).

Para Brandão o Brasil é historicamente dominado por forças agraristas associadas ao imperialismo britânico. Após a Primeira Guerra Mundial este domínio é posto em xeque, com o aumento da influência estadunidense no Brasil, que propicia o surgimento de uma burguesia industrial liberal a ele associada. Tal burguesia, contudo, não consegue construir hegemonia devido à ofensiva dos agrários e seus respectivos imperialistas, que se valem do Estado e da política econômica.

Neste cenário, destaca-se a radicalização da pequena-burguesia urbana proletarizada e a organização política do proletariado nascente. Brandão caracteriza a revolução brasileira como uma revolução democrático-burguesa capitaneada pela pequena-burguesia urbana, uma revolução democrática pequeno-burguesa. Esta formulação fundamenta a condução da política do PCB ao longo do seu primeiro ciclo político – que se estende de sua fundação, em 1922, até a intervenção do Secretariado Sul-americano (SSA) da IC, após o III Congresso do PCB (1928/29).

Marco na consolidação do processo de bolchevização dos PC's – então em curso desde o V Congresso da IC (HAJÉK, 1988a, p. 198) – o VI Congresso da IC originaria o primeiro influxo stalinista no PCB através da intervenção do Secretariado Sul-americano após seu III Congresso (ANTUNES, 1995, p. 28). Até então negligente em relação aos PC's do subcontinente, a partir daí a IC pautaria uma política ativa para estes partidos, através do SSA. A principal consequência desta intervenção seria o afastamento do grupo dirigente do PCB, inclusive Brandão, acusado de “menchevismo” por propor alianças com setores da burguesia e da pequena-burguesia.

Outra consequência importante do VI Congresso da IC seria a ruptura definitiva de Leon Trotsky. Este acontecimento reverberou no PCB antes mesmo da ruptura ser consumada, tendo influência, sobretudo, nos quadros intelectualizados do partido – como Mário Pedrosa (1900-1981) e Lívio Xavier (1900-1988) – que divergiam do núcleo dirigente em relação à aliança com os setores nacionalistas da burguesia e à política bolchevizante. Estes militantes formaram o Grupo Comunista Lenin (GCL), dissidência “bolchevista-leninista” organizada a partir dos quadros do PCB e internacionalmente referenciada na Oposição de Esquerda Internacional (OEI). Com o intuito de disputar os rumos do PCB, logo trataram de elaborar uma interpretação da

realidade brasileira alternativa àquela do PCB, considerada teoricamente limitada e concretamente equivocada pelos primeiros trotskistas brasileiros.

Este é o intuito do artigo *Esboço para uma análise da situação econômica e social brasileira* ([1931] 2015) assinado por M. Camboa e L. Lyon, pseudônimos empregados respectivamente por Mario Pedrosa e Lívio Xavier. Publicado no número seis do jornal *A Luta de Classe*, órgão do GCL, o texto circulou pouco naqueles anos devido à apreensão da tiragem pela polícia, após o levante que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930, sendo recuperado somente nos anos 1980.

Tomando como ponto de partida categorias como acumulação primitiva de capital e lançando mão da discussão sobre a moderna teoria da colonização apresentada por Marx no fechamento do livro I de *O Capital*, os autores mostram como a produção agrícola brasileira, em sua forma de grande exploração baseada no emprego da força de trabalho escrava, já se encontra formalmente subordinada à dinâmica do capital.

A transição para o capitalismo nestes marcos seria o “que Marx chama de ‘uma simples mudança de forma’” (Pedrosa e Xavier [1931] 2015, p. 63), apontando para a origem agrária e associada da burguesia brasileira, assim como para seu autoritarismo político. Em decorrência disso, seria impossível estabelecer alianças com estes setores. A revolução brasileira é caracterizada como socialista, e a estratégia apresentada postulava a construção de um “verdadeiro partido de massas leninista” pela base. Portanto, os trotskistas² divergem tanto da caracterização da formação social, quanto da caracterização da revolução brasileira, presentes no primeiro ciclo do PCB.

Neste artigo pretendo contribuir com o resgate deste debate fundante para o marxismo brasileiro à luz dos acontecimentos da história da Revolução Russa e da história do Brasil ao longo dos anos 1920, período em que ocorre a desagregação da Primeira República, apontando para a confluência destes dois momentos.

Para isso, o artigo se subdivide em dois blocos de seções e um fechamento. Os blocos versam respectivamente sobre as interpretações do Brasil de bolchevistas e trotskistas, tratando de suas caracterizações da formação econômico-social e da revolução brasileira. Por último, apresento em uma seção de conclusão um balanço da controvérsia, apontando para as principais divergências, méritos e limitações das

² Emprego o termo “trotskista(s)” ao longo do artigo destacando a necessidade de estabelecer uma distinção. O termo não era usado pelos membros do GCL que se autodenominavam “bolchevistas-leninistas”, ou “leninistas”, em oposição ao stalinismo. Imputar a denominação “trotskista” a estes militantes seria algo anacrônico. Neste caso, me refiro à tradição teórico-política fundada por Trotsky a partir da OEI e da VI Internacional. Cabe lembrar ainda que este termo era empregado pejorativamente por pecebistas de fins dos anos 1920.

interpretações apresentadas. Espero assim contribuir para o resgate da memória do primeiro debate travado pelos pioneiros do marxismo no Brasil.

2. A interpretação dos bolchevistas: Octavio Brandão e o PCB

Resultado do esgotamento do ciclo de greves operárias organizadas nos moldes anarcossindicalistas ocorrido entre 1917-1921³, o PCB seria fundado, no ano de 1922, a partir de uma cisão entre “bolchevistas” e “anarquistas puros” no movimento sindical. Sem contar com qualquer tradição marxista ou socialista estabelecida previamente⁴, e muito menos com uma cultura burguesa pujante com a qual dialogar no plano político, passou a emular os métodos organizativos bolcheviques (ANTUNES, 1995, p. 27). Os comunistas viam a necessidade da organização política e eleitoral da classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo, pela origem sindical da maioria dos seus quadros, viam nestas organizações o local ideal para aglutinar trabalhadores e formar uma “vanguarda revolucionária” (MATTOS, 2009, p. 50).

Algo que não foi suficientemente destacado na historiografia a respeito é a influência do positivismo em seus quadros fundadores, sobretudo, quando se trata da análise do cenário histórico, econômico e político nacional (ZAIDAN, 1985, p. 19-20). Estes militantes e intelectuais pioneiros eram, em sua maioria, formados em um caldo cultural no qual Marx era apenas mais uma referência associada ecleticamente a uma miríade de outros pensadores anarquistas, dentre os quais Bakunin e Kropotkin, ou positivistas, a exemplo de Comte e Spencer⁵ (ARICÓ, 1987, p. 422).

Octavio Brandão neste contexto é um personagem que encarna a trajetória história típica de seus pares, pioneiros na construção do movimento comunista brasileiro (BIANCHI, 2012, p.136). Nascido em Viçosa/AL em 12 de setembro de 1896, conhecida região canavieira ao centro de Alagoas, situava-se em suas

³ O período que se estende entre 1917-1921 é caracterizado por Dulles ([1974] 1977) como segundo grande ciclo de greves ocorrido na Primeira República. De acordo com os dados de Mattos (2009, p. 53) ocorreram no Rio de Janeiro nestes anos respectivamente: 1917 – 13 greves; 1918 – 29; 1919 – 26; 1920 – 26; 1921 – 4.

⁴ Existiram tentativas de organizar um movimento sindical socialista no Brasil ainda no final do século XIX e nas primeiras décadas dos anos 1920 (BATALHA, 2014; KONDER, 2003). Mattos (2009, p. 46) atribui a má fortuna dos socialistas a sua ênfase na luta política em detrimento da luta sindical, em um cenário de baixa permeabilidade do Estado e da política às demandas populares.

⁵ Batalha (2014, p. 12) argumenta no mesmo sentido falando da incipiente tradição socialista então existente: “Em outras palavras, Marx se insere na ‘ideologia socialista eclética’ que domina o movimento no Brasil, como também ocorrera na Europa, ecletismo capaz de integrá-lo aos mais variados pensadores, como Ferdinand Lassalle, Benôit Malon, Charles Darwin, Herbert Spencer, Ernest Haeckel, Max Nordau, Auguste Comte”.

proximidades o Quilombo dos Palmares, e sua paisagem e sua gente serviram de inspiração para romances do colega de classe no primário, Graciliano Ramos (BRANDÃO, 1978, p. 58). O realismo de sua trajetória como militante e intelectual orgânico do movimento comunista brasileiro poderia facilmente pertencer aos romances de Graciliano⁶, se fazendo presentes em sua assimilação do marxismo uma visão de mundo bastante influenciada pelo anarquismo, no plano prático-político, e do positivismo no plano teórico-metodológico.

Farmacêutico por formação, Brandão estudou em Recife em uma época na qual o ambiente político-intelectual da cidade passava por uma forte renovação cultural com a assimilação do positivismo (ZAIDAN, 1985, p. 33). Em Recife o autor também teria seu primeiro contato com o materialismo naturalista, já o aplicando aos problemas da realidade brasileira. No artigo *Aspectos Pernambucanos nos Fins do Século XVI* estes temas são tratados de uma mirada histórico-natural. Transparece no texto a assimilação de teóricos como Buchner, Haeckel, Humboldt e Darwin, através dos quais procurava “descrever as paisagens naturais e as condições históricas, econômicas e sociais de Pernambuco na época” (BRANDÃO, 1978, p. 75).

O naturalismo monista herdado destas referências levou-o ao interesse simultâneo pelas ciências naturais e pela realidade histórica, vistas como formas de existência qualitativamente semelhantes articuladas em um longo ciclo evolutivo contínuo. Em seu primeiro trabalho de fôlego, *Canais e Lagoas* ([1919] 2001), Brandão descreve a terra e a gente das lagoas de Manguaba e do Mundaú, situadas nas proximidades de Maceió. Inspirado em *Os Sertões* ([1902] 2002) de Euclides da Cunha, o livro é um marco da maturação da visão de mundo formada em sua juventude, abarcando em um mesmo referencial teórico-metodológico a terra e a gente das lagoas, tratando de aspectos geológicos, mineralógicos, botânicos, antropológicos e sociais, dispostos em 12 ciclos evolucionários (LACERDA, 2015, p. 15).

Desta pesquisa, Brandão realizou duas palestras em 1917 em Maceió, nas quais expunha os processos geológicos que haviam produzido as Lagoas do Mundaú e de Manguaba. Tais processos indicavam que os sedimentos acumulados nas lagoas e em seus canais de ligação com o mar eram indícios da possibilidade de descoberta de petróleo comercializável. Sua explicação científica para a formação das lagoas, calcada

⁶ Carlos Nelson Coutinho (2011b) destaca o realismo na obra literária de Graciliano Ramos. Segundo o autor, os personagens construídos nos romances de Graciliano Ramos encarnam trajetórias históricas possíveis para homens e mulheres da época. Em seus romances o autor apresenta uma imagem do Brasil oligárquico que pode auxiliar aos interessados na história da Primeira República.

na geologia, desagradou profundamente a Igreja Católica, extremamente influente no meio social local, ao passo que seu posicionamento político nacional-popular, desagradou profundamente às elites locais, capatazes do imperialismo⁷.

Participando da agitação política e organização sindical anarquista com operários e camponeses das Alagoas, Brandão rapidamente seria alvo de perseguição política por parte das elites locais. A publicação de um artigo no jornal *A Semana Social* com posicionamento contrário à entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, caracterizada como uma guerra imperialista, teria como consequência o fechamento do jornal por parte do governo federal, agravando o quadro de perseguição local (DULLES, 1977, p. 62). Seu protagonismo no movimento grevista pela redução da jornada de trabalho e por aumento dos salários levou à sua proscrição de Maceió. O autor seria até jurado de morte por um pistoleiro, que caso o executasse receberia de um oligarca local como prêmio o cargo de chefe de polícia (MORAES, 2014, p. 16-17).

Escondido em um navio cargueiro, Brandão fugiria para o Rio de Janeiro em 1919, onde assume a linha de frente das lutas sindicais, escrevendo artigos na imprensa, realizando conferências para os trabalhadores, panfletando nas portas de fábrica e proferindo discursos em comícios⁸ (DEL ROIO, 2004, p. 119). Sua aproximação ao PCB ao longo destes anos seria um processo tortuoso, repleto de idas e vindas: a adesão do autor estaria hipotecada à constatação de que a crise do movimento de greves operárias, em ascensão entre 1917 e 1921, foi resultado das debilidades organizativas do anarcossindicalismo⁹ (DULLES, [1974] 1977, p. 150). Era preciso uma nova forma organizativa para a luta dos trabalhadores, capaz de fazer frente ao autoritarismo dos métodos policiais empregados pela burguesia brasileira – e esta forma seria o modelo bolchevista de organização¹⁰.

⁷ Nas palavras do autor: “Já é tempo de abrimos os olhos para as nossas riquezas e confiarmos antes nelas, do que nos clássicos empréstimos indecentes ou nas promessas falazes dos nossos *pretendidos irmãos latinos ou amigos britânicos, que afinal não passam de sanguessugas insaciáveis*” (BRANDÃO, [1919] 2001, p. 133; grifos meus).

⁸ Nestes anos ocorre uma primeira tentativa de fundação do PCB, ainda em moldes anarquistas. Datam deste período textos como os de Helio Negro e Edgard Leuenroth, *O que é o marxismo-bolchevismo?* e *Princípios e Fins*, de José Oiticica. Tais textos tangenciam o problema da revolução brasileira, sem, contudo, tomar uma análise da formação histórico-social por base. Para isso, ver Bandeira et al. (1967).

⁹ Sua entrada na organização em fins de 1922 foi festejada por Astrojildo Pereira, que declarou em um discurso aos operários que “um homem que vale por 10”, havia ingressado no partido” (DULLES, [1974] 1977, p 151).

¹⁰ Sobre a perseguição política aos trabalhadores ao longo da Primeira República ver Pinheiro (1991, cap. 5). Neste capítulo o autor destrincha os métodos policiais de repressão à classe trabalhadora, destacando a deportação e o desterro para campos de concentração, como o de Clevelândia, no Oiapoque. Os trabalhadores muitas vezes eram presos por vadiagem, ou escolhidos a esmo, entre os desafetos pessoais

Ao ingressar no PCB, Brandão estava decidido a não ficar somente como mais um integrante da base do partido, aprofundando seus estudos de Marx, Engels e, em especial, Lenin. Designado para as tarefas de formulação teórica do partido, começou elaborando uma defesa do movimento comunista internacional e da Revolução Russa (KONDER, 2009, p. 181). Duas contribuições merecem destaque neste período de transição e são fundamentais para compreender seu papel no movimento comunista brasileiro nestes anos.

A primeira é a redação de *Rússia Proletária* (1923), obra que “marcou uma fase de transição” (BRANDÃO, 1978, p. 234, grifos do autor), na qual é feita uma apaixonada defesa da Revolução Russa. Publicada pelo jornal *A Voz Cosmopolita*, a obra era dividida em duas partes, a primeira tratando dos indígenas, que de acordo com o autor seriam elementos pré-históricos, e a segunda, mais extensa, que versa sobre os elementos históricos, subdivididos em cinco ciclos evolutivos: Primitivo, Medieval, Medievo-moderno e Moderno, estando o sexto, a Revolução Comunista, ainda por fazer, mas previamente estabelecida. Com exceção do último, no qual seria instaurada a ditadura do proletariado, todos os demais ciclos possuem uma divisão entre classes exploradoras e classes exploradas, que, na perspectiva do autor, são contradições moventes da evolução histórica brasileira (LACERDA, 2015, p. 11-13).

São avanços em *Rússia Proletária* a introdução dos conceitos de classe social e imperialismo, que passam a dividir espaço com os conceitos de povo e nação. Contudo, permanecem a aplicação dos ciclos evolutivos e a visão monista da realidade histórico-social, trazendo em embrião a interpretação apresentada em *Agrarismo e Industrialismo*.

Outra contribuição que merece destaque é a primeira tradução integral de *O Manifesto Comunista*. Feita a partir da edição francesa entregue por Astrojildo Pereira, foi publicada em 1924 no jornal *Voz Cosmopolita*. Este é um aspecto importante e pouco lembrado sobre a contribuição pioneira de Brandão: seu trabalho como difusor do marxismo no Brasil. “Ao que tudo indica, nenhum outro marxista brasileiro, naquele momento, dispunha de uma bagagem de conhecimento comparável à de Brandão” (KONDER, 2009, p. 182). As leituras então disponíveis em língua estrangeira eram obras de Marx e Engels, como: *A Miséria da Filosofia*, *O Anti-Duhring*, *Ludwig*

das autoridades policiais. As condições de transporte até o campo, assim como as condições desumanas de vida testemunhadas, faziam com que, na prática, o desterro fosse uma sentença de morte.

Feurbach e o fim da filosofia clássica alemã, As lutas de classe na França, e um resumo de *O Capital*¹¹.

Outra grande influência em sua transição para o marxismo, talvez até mais importante que a do próprio Marx, seria Lenin, através de textos como *O Estado e a Revolução e Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Tal influência transpareceria inclusive no título de *Agrarismo e Industrialismo*, que antes mesmo do termo marxismo-leninismo estar em voga, já se pretendia um ensaio marxista-leninista de interpretação histórica¹².

Perseguido pela polícia política no estado de sítio de Bernardes, escondido na casa de um companheiro, acompanhava atentamente o levante tenentista de 1924, que começa localmente para ganhar magnitude nacional, originando a Coluna Prestes:

Na clandestinidade, Octavio Brandão, a 28 de julho de 1924, se encontrava na casa do jornalista Rodolfo Mota Lima, quando chegaram ao Rio as notícias de que as tropas de Isidoro tinham evacuado São Paulo. Rodolfo Mota Lima entra pela casa completamente desesperado pela notícia da derrota. Brandão acabara de ler uma tradução francesa de *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*; sentado ao fundo da sala de jantar, começou a redigir um estudo a respeito da revolta de 1924, conforme a interpretação marxista (DULLES, 1977, p. 222)

2.1 Agrarismo e Industrialismo: uma análise marxista da formação social brasileira

Impactado pelo levante tenentista que desencadearia a Coluna Prestes, Brandão iniciou a redação daquilo que viria a se tornar o primeiro ensaio marxista de interpretação da realidade nacional. Seu objetivo era compreender o significado das revoltas tenentistas de uma mirada totalizante, para isto recorrendo ao referencial teórico “marxista-leninista”. A influência do movimento dos tenentes transparece em seus primeiros parágrafos: “Enquanto a batalha se prolonga pelo interior, através de

¹¹ Vale lembrar que a primeira edição completa de *O Capital* em português só se tornou disponível no Brasil nos anos 1960. Ao longo dos anos 1920 circularam, sobretudo, resumos em francês e a edição espanhola do Livro I de *O Capital*, feita pelo socialista argentino Juan B. Justo (ARICÓ, 1987, p. et seq.), e, naqueles anos, a obra foi “mais reverenciada que lida”. A Editora Unitas, iniciativa dos militantes trotskistas, publicaria ainda em 1932 a tradução do espanhol do resumo de *O Capital* de Carlos Cafiero (CASTRO, 2013, p. 5).

¹² Os comentaristas divergem sobre a data do primeiro uso da expressão marxismo-leninismo. Enquanto Moraes (2007, p. 41-43) afirma que coube a Deborin empregar pela primeira vez a expressão em março de 1928, e que Stalin só utilizaria em 1930, Bianchi (2012, p. 138) diverge desta tese ao demonstrar que a expressão foi utilizada por Zinoviev, em 1927, nas teses sobre a revolução chinesa, e Stalin só a empregaria em 1928. O que interessa aqui é que todas as datas são posteriores à publicação de *Agrarismo e industrialismo*, endossando a tese do uso pioneiro do termo por Brandão.

guerrilhas, procuraremos fazer a análise dessas lutas sob o ponto de vista do marxismo-leninismo” (BRANDÃO [1926] 2006, p. 25).

Como ensaio marxista de interpretação da realidade brasileira, o livro não se limita ao tratamento teórico do seu objeto, trazendo também uma convocatória à ação política da classe trabalhadora nos acontecimentos que – de acordo com o ponto de vista do autor sobre a disrupção da ordem política oligárquica – em breve sucederiam. Nesse sentido, Bianchi (2012, p. 139, et seq.) afirma acertadamente que o texto “oscilava entre um ensaio de interpretação e um panfleto de agitação política”. Seu estilo é direto, procurando com isso atingir seu público alvo, as massas trabalhadoras e a pequena burguesia urbana, mas “nem por isso deixava de ser confuso, disperso e pretensioso”, pecando na forma de apresentação, que muitas vezes parece reunir fragmentos sem muita conexão ou coesão interna.

Isto certamente tem relação com a forma como a obra foi redigida. Nas palavras do autor: “Terminei a obra no fundamental, menos de um mês depois, a 22 de Agosto de 1924” (BRANDÃO, [1957] 2006, p. 192). Na primeira parte da obra estão postos os pontos fundamentais de sua análise da formação social brasileira, que se encerra em seu capítulo XVII – As perspectivas em fins de 1924, no qual o autor já traz alguns apontamentos sobre a discussão em torno da revolução brasileira e uma síntese. Este texto serviu de base para que Astrojildo Pereira formulasse as teses do II Congresso do PCB¹³, ocorrido em 1925. As duas últimas partes, que complementam a discussão anterior, foram escritas respectivamente em 1925 e 1926.

A ausência de uma exposição clara de suas teses e a construção da argumentação por enumeração, levantando fatos e dados para dar volume ao argumento, obscurece muitas das passagens de *Agrarismo e Industrialismo*. Por este motivo, para facilitar a compreensão, nesta seção procuro fornecer um quadro geral do argumento da obra, abordando sua caracterização da formação econômica e social brasileira.

O método marxista-leninista empregado por Brandão foi duramente criticado. Aristides Lobo ([1931] 2015, p. 76, et seq.), ao comentar *Agrarismo e Industrialismo* no jornal da Liga Comunista Brasileira (LCB), considera que a obra foi “a tentativa mais séria, mais meticulosa e mesmo mais heroica” de tratar da situação brasileira, mas ao

¹³ Mesmo tendo servido de base para Astrojildo Pereira redigir as teses do II Congresso do PCB não há qualquer menção a *Agrarismo e Industrialismo* em seu *A formação do PCB*. Ao narrar a experiência do II Congresso o autor resume o argumento de Brandão com perfeição sem citar o livro (PEREIRA, [2012] 1962, p. 92).

mesmo tempo teria sido “a mais antimarxista e desastrosa”, caracterizando-a como “um bazar de monstruosidades teóricas”.

Entre seus comentadores, Konder ([1988] 2009, p. 183) insiste no mecanicismo do pensamento do autor, que compreende a dialética de Marx como o emprego da tríade tese-antítese-síntese para a explicação do desenvolvimento histórico, tendo um entendimento da dialética que mais se aproxima de Aristóteles do que de Marx. Outros, como Moraes (2006, p. 15), consideram injusto punir Brandão pela artificialidade de sua dialética, dando destaque para o tratamento acertado por parte do autor das questões da especificidade histórico-concreta. Mesmo Konder ([1988] 2009, p. 184, et seq.) assume que nestes momentos o autor faz “algumas observações empíricas não desprovidas de interesse a respeito da sociedade brasileira”.

Este posicionamento me parece o mais fecundo. O ponto aqui é que, embora tenha uma compreensão mecânica da dialética e uma base filosófica monista e evolucionista para o desenvolvimento histórico-social – o que, de fato, compromete sua análise em níveis de abstração mais elevados – *Agrarismo e industrialismo* avança em relação à análise da especificidade histórica da formação social brasileira, tanto do ponto de vista do marxismo, dada a inexistência de um campo de discussão em torno deste referencial teórico, quanto do ponto de vista do pensamento social brasileiro de modo mais amplo, no qual imperava o determinismo naturalista¹⁴ (SILVA, 1997, p. 44).

O ponto de partida da análise de Brandão é o predomínio histórico das forças agraristas, ora designadas pelo autor como feudais ou semi-feudais, ora designada como uma burguesia agrária, sendo a terminologia empregada oscilante ao longo do texto e das edições da obra. Estas forças consolidariam sua dominação através de um tripé: a igreja, o exército e o Estado. Externamente, tais forças se consolidaram em associação ao imperialismo britânico, em um primeiro momento, por intermédio de Portugal, já que: “Até 1822, o Brasil foi colônia de uma colônia inglesa (Portugal) e uma subcolônia da Inglaterra” (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 92).

Através do Império, e com a República, o domínio britânico seria diretamente estabelecido através do endividamento do Estado e dos agricultores com a Banca

¹⁴ Konder ([1988] 2009, p. 185, et seq.) afirma que “Até preconceitos raciais emergem no pensamento de Brandão. Ele lamenta que o Brasil seja prejudicado pela proliferação de ‘intermediários’. Os intermediários – explica – são ‘tipos que, geralmente, não possuem as qualidades dos extremos, tendo so defeitos de ambos’”. Divergindo, Silva (1997, p. 44 et seq.) afirma que: “Os estudos baseados na raça, no meio físico-geográfico etc., embora apareçam em *Agrarismo e industrialismo*, não compõem a tônica do trabalho. Ou seja, no mínimo afirmo que o trabalho em pauta é uma ruptura com tudo aquilo que havia sido feito até então, como tentativa de interpretação da sociedade brasileira”.

inglesa. “Depois de 1822, o Brasil poderia intitular-se: colônia de Sua Graciosa Majestade. Subiu, portanto, de categoria. E assim foi até 1914. Os empréstimos eram ingleses. As concessões, as grandes companhias, também” (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 93). As finanças e as companhias de seguros eram dominadas pelos Rotschild, aliados dos agrários, que em troca, lhes davam cargos de diretoria nestas companhias. Além disto, politicamente, tratavam de impor a agenda britânica de desenvolvimento para o Brasil, naqueles anos, consubstanciado no Relatório Montagu¹⁵.

De acordo com Brandão ([1926] 2006, p. 36 et seq.), dominado pelo “agrarismo econômico [...] o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, consequência direta daquele”. Nas palavras do autor: “o agrarismo político é a dominação política do grande proprietário”. Decorrente disto, “o estado agrário do Brasil” (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 28 et seq.), era uma ferramenta “empregada em proveito egoísta, individual, com o fim de multiplicar seus lucros, embora o estado e povo sejam sacrificados”. Além de servir como ocupação para os bacharéis descendentes das linhagens agrárias, o Estado era caracterizado por estar totalmente voltado aos interesses destas classes quanto às decisões no que diz respeito à condução política.

Neste âmbito, o autor destaca o endividamento externo para financiar a política da valorização do café, o emprego das desvalorizações cambiais como mecanismo de manutenção da renda de exportação dos cafeicultores, e a ausência de tributos que incidissem sobre a propriedade, notadamente a fundiária. Toda política econômica posta em prática pelos agrários com este sentido é tida por Brandão como uma política econômica dos agrários, ou a política dos plantadores de café.

Entretanto, a Primeira Guerra Mundial abalaria o domínio britânico, colocando “[a] luta pela supremacia no mercado brasileiro” (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 103 et seq), que “lança as burguesias inglesa e norte-americana numa guerra mortal”. De acordo com a periodização proposta pelo autor:

Desenha-se, pois, uma luta mortal, com fluxos e refluxos, entre os dois grandes imperialismos: 1822-1891 supremacia da Inglaterra, 1914-1922 supremacia dos Estados Unidos, 1923-1924 rivalidade imperialista anglo-americana, pendendo a balança para o lado da Inglaterra (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 94)

¹⁵ Missão econômica inglesa (1923-1924) enviada pelos Rotschild, e dirigida por Lord Montagu, para avaliar as condições financeiras do Brasil e as garantias ao capital estrangeiro, para a concretização de um empréstimo de rolagem da dívida externa. Nas palavras de Brandão ([1926] 2006, p. 70 et seq.): “Rotschild só emprestará dinheiro aos agrários nacionais depois que eles transformarem o Brasil numa espécie de Índia”.

Sob a influência do imperialismo estadunidense se desenvolvem forças industrialistas, principalmente uma burguesia industrial urbana politicamente liberal. Até então sufocadas pela hegemonia agrarista, estas forças se associam ao imperialismo estadunidense visando galgar um posto privilegiado no Estado e na definição de política econômica, até então pautada pelos cafeicultores. Contudo, a virada da rivalidade imperialista para o lado britânico no plano externo, e a resistência das forças agrárias no plano interno, com o governo Bernardes, contribuíram para sua desorganização política, inviabilizando sua hegemonia¹⁶.

Para Brandão ([1926] 2006, p. 33 et seq.): “Há uma numerosa pequena-burguesia – rural, comercial, industrial burocrática” que procura conciliar “nos campos, o interesse dos colonos-servos com os fazendeiros; nas cidades o interesses dos operários com o dos grandes burgueses industriais”. Nos campos e nas cidades, a pequena-burguesia demanda a melhoria de sua situação econômica e maior participação política. No primeiro plano, verifica-se um processo de proletarização da pequena burguesia como resultado das sucessivas desvalorizações cambiais que visavam garantir a renda de exportação dos cafeicultores, já que o processo inflacionário provocado, nos marcos de uma economia agrário-exportadora, concentra-se sobre o custo de vida¹⁷.

No plano político, há “[a] desilusão da pequena-burguesia, de obter melhorias pelos canais competentes; isto é, pela via legal, jurídica, pacifista, reformista” (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 26), apontando para baixa permeabilidade do sistema político democrático às demandas dos diversos setores sociais e a impossibilidade de conciliação. Nas palavras do autor: “Desagrega-se a pequena-burguesia. Economicamente rolando para a miséria. Politicamente, hesitando entre o proletariado e a grande burguesia” (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 143), o que levaria a gradual radicalização política da pequena-burguesia, que passaria adotar um posicionamento jacobino, algo atestado pelos levantes tenentistas de 1922 e 1924, o primeiro deles local, e o segundo, de magnitude nacional, desencadeou a Coluna Prestes.

A reboque do desenvolvimento industrial surge um proletariado urbano numericamente reduzido, que se organizará politicamente. Na parte final do livro é apresentada uma história do proletariado brasileiro, que divide-se em três partes:

¹⁶ “O atraso político é tamanho que a burguesia industrial ainda não formou seu partido, enquanto o proletariado já conseguiu forjar seu partido desde 1922” (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 36).

¹⁷ Mattos (2009, p. 43 et seq.) apresenta uma tabela que aponta para um descolamento do índice de salários e de custo de vida após 1917, tomando 1914 por ano base. O autor conclui: “Trabalhava-se muito, ganhava-se pouco e pagava-se caro para viver mal. As descrições dos locais de moradia dos trabalhadores no início do século conduzem-nos a realidades miseráveis, insalubres e superpovoadas”.

1ª, A história da escravidão dos índios e dos negros. 2ª, A história da servidão do trabalhador rural (na primeira edição: proletário rural). 3ª, a história do salariado (proletariado). (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 113)

A tarefa dos intelectuais revolucionários neste campo seria tratar da segunda e da terceira etapas, na medida em que os historiadores burgueses “tem-se ocupado da primeira parte, embora atenuando as cores”¹⁸ (BRANDÃO, [1926] 2006, p 113). A luta do trabalhador rural e de sua servidão seria ainda uma página obscura à espera de um historiador. Já a história do proletariado industrial, abordada por Brandão, tem seu início “com as primeiras greves depois de 1889 e com os imigrantes do Mediterrâneo que aqui aportaram, trazendo a semente anarquista” (BRANDÃO, [1926] 2006, p 113).

Esse processo organizativo atinge seu ápice com as greves operárias de 1917-1919, contexto em que se dá o esgotamento do movimento anarquista e a primeira fundação do PCB. Nos anos seguintes teria lugar uma disputa ideológica entre comunistas e anarquistas, permitindo compreender que: “Eram necessários uma nova ideia e um novo método. Assim, a 7 de novembro de 1921, quarto aniversário da revolução russa, doze camaradas lançaram as bases do Partido Comunista do Brasil, fundado em março de 1922” (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 116).

Ao longo dos anos 1920, juntamente ao processo de organização política do proletariado, se daria um processo de fortalecimento do PCB no movimento sindical, articulando um vínculo entre o partido e classe trabalhadora brasileira. O autor narra esta evolução ao longo de sete ciclos evolutivos que se desenrolam em uma dialética composta pela tríade tese-antítese-síntese. Apesar das debilidades organizativas, o proletariado deveria tomar partido nas revoltas pequeno-burguesas em curso, tanto na segunda revolta tenentista (nos anos de redação do livro, ainda em aberto), quanto na organização de uma terceira revolta que porventura viesse a ocorrer.

Considerando o que foi discutido sobre a formação econômico-social, é possível compreender que na perspectiva do autor ocorreria um embate fundamental entre, de um lado, as forças agrárias conservadoras, associadas ao imperialismo britânico, e, de outro, as forças progressistas que comporiam um bloco encabeçado pela burguesia industrial, pequena-burguesia, proletariado e trabalhadores rurais, associados ao

¹⁸ Ainda a este respeito: “Criemos uma tradição revolucionária, escrevendo a história das lutas proletárias no Brasil, a história dos militantes e mártires, das vitórias e derrotas, das ideias e sentimentos da massa e da vanguarda e, principalmente, extraindo as devidas lições táticas. Estudemos a fundo o Brasil em seus mil aspectos – econômico, político, moral e mental, histórico e etnográfico, físico e social – porque é no Brasil que temos de realizar a obra do leninismo (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 130).

imperialismo estadunidense. Esta ordem agrária teria como elemento central de sua desagregação o movimento insurrecional tenentista e a radicalização política da pequena-burguesia, em uma conjuntura de desorganização e debilidade econômica e política da burguesia industrial.

2.2 A estratégia democrática pequeno-burguesa para a revolução brasileira

Em vista das principais ideias de Brandão acerca da formação social brasileira, trato agora de sua caracterização da revolução brasileira. Como sua “imagem do Brasil” articula em si o trânsito histórico da formação social, em sua análise já se encontram os contornos do problema da revolução. Portanto, o argumento disposto na seção anterior já indica o encaminhamento dado ao problema, destacando o conteúdo democrático-burguês da revolução e a radicalização da pequena-burguesia como força motriz disruptiva da ordem social agrarista.

Tal conclusão permite a Brandão caracterizar o conteúdo da revolução brasileira como democrático pequeno-burguês, antifeudal e anti-imperialista (MAZZEO, 2015, p. 124; ZAIDAN, 1985, p. 80). Tendo em vista a especificidade da revolução em um país colonial, o autor entende que no Brasil a revolução democrático-burguesa terá como sujeito o proletariado e a pequena-burguesia radical. Nesta chave, trata o problema da revolução em uma perspectiva de revolução permanente, algo pouco destacado por seus intérpretes. A revolução democrática pequeno-burguesa aparece não como uma etapa necessária do processo revolucionário, mas antes como um momento em que são retirados os entraves às lutas de classe¹⁹ (BIANCHI, 2012, p. 129-130).

Além de *Agrarismo e Industrialismo*, Brandão trata novamente do tema para o III Congresso do PCB (ZAIDAN, 1985, p. 76), ocorrido na virada de 1928 para 1929. Em sua contribuição Brandão aprofunda a caracterização da revolução alinhavada em *Agrarismo e industrialismo*, o que ocorre em *O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa* ([1928] 1985), originalmente publicado no número 8 da revista *Autocrítica*, órgão de discussão para o III Congresso do PCB²⁰. Neste texto,

¹⁹ Afasta-se assim qualquer possibilidade de inclusão de Brandão naquilo que Caio Prado Jr. ([1966] 2014, p. 39, et seq.) designou como “esquema consagrado de uma revolução democrático-burguesa”, se distanciando “das teses a respeito da história latino-americana que começavam a ser esboçadas pela internacional” (BIANCHI, 2012, p. 139).

²⁰ A versão de *O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa* que faço referência ao longo desta seção veio como apêndice do livro de Michel Zaidan (1985), *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. Nesta obra o autor traz um interessante estudo do primeiro ciclo

além de detalhar a caracterização do conteúdo e das tarefas da revolução, reafirma-se a concepção de revolução permanente, através do encadeamento da etapa pequeno-burguesa ao seu desfecho socialista.

Ainda em *Agrarismo e Industrialismo*, sobretudo na parte final, redigida já em 1926, Brandão considera a possibilidade de uma revolução proletária hipotecada à realização de um terceiro levante tenentista. Novamente empregando a tríade tese-antítese-síntese o autor nota que enquanto o primeiro levante tenentista, ainda local, é a tese, o segundo levante, já nacional, seria sua antítese, cabendo à síntese a uma terceira revolta dirigida pelo proletariado. Mas esta direção, entretanto, dependeria da radicalização da pequena-burguesia nos quadros de uma revolução burguesa, permitindo o encadeamento em uma revolução permanente:

Lutemos por impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, *transformando-a em revolução permanente* no sentido marxista-leninista, prolongando-a o mais possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal. Empurremos a revolução da burguesia industrial – o 1789 brasileiro, o nosso 12 de março de 1917 – aos seus últimos limites, a fim de, transposta a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta da revolução proletária comunista. (BRANDÃO, [1926] 2006, p. 133; grifos meus)

Mais que uma etapa a ser cumprida, como é o caso do modelo stalinista, a etapa democrática pequeno-burguesa da revolução deve ser radicalizada, levada ao seu limite, servindo como antessala da revolução socialista. Nesse sentido, a Revolução Russa serve como inspiração para estabelecer o encadeamento entre as respectivas etapas do processo revolucionário.

O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa detém-se exclusivamente sobre a discussão da revolução brasileira, separando inicialmente dois complexos complementares de problemas: “1.º) O Problema da revolução democrática pequeno-burguesa desencadeando-se em um país semicolonial na atual fase do capitalismo imperialista; 2.º) o problema da revolução proletária nesse mesmo país”. (BRANDÃO, [1928] 1985, p. 121). O autor começa então a avaliar as perspectivas de uma revolução proletária vitoriosa no Brasil. Segundo ele, esta poderia vir do sucesso da revolução proletária internacional, ou de uma, pouco provável, guerra entre Brasil e Argentina. No entanto, o caminho mais provável tomado pela revolução proletária seria

político do PCB. Argumento no mesmo sentido do autor ao afirmar a originalidade do marxismo gestado no PCB nestes anos, sobretudo quando comparado àquele imposto pela IC após seu VI Congresso.

a via pequeno-burguesa, que surgiria de uma terceira revolta tenentista, no quadro da situação concreta do caso brasileiro:

Mas, *dada a perspectiva atual*, a revolução proletária parece-nos ser a consequência natural de uma democrática pequeno-burguesa, nascida de uma terceira revolta, agravada por uma crise cafeeira (se houver a coexistência da crise e da revolta) e radicalizada pelo combate ao imperialismo e, principalmente, pela ação das massas urbanas e rurais, armadas. Nossa tese baseia-se na perspectiva atual. Por conseguinte, se a perspectiva modificar-se, nossa tese terá de modificar-se igualmente, acompanhando a realidade. (BRANDÃO, [1928] 1985, p. 122)

Para Brandão o ponto não é a terceira revolta em si, ou a revolução democrática pequeno-burguesa, mas antes, a atitude do proletariado diante deste processo. O proletariado deveria se preparar desde já para a terceira revolta, conseguindo assim atuar de modo politicamente independente ao longo do processo, para não ir a reboque do movimento da pequena-burguesia. Nas palavras do autor:

Por conseguinte, o problema atual é o da atitude do proletariado e do seu partido diante da revolução democrática pequeno-burguesa, *prelúdio fugaz da revolução proletária*, se o proletariado e o seu partido se prepararem de fato, orgânica e ideologicamente, com a devida antecedência, isto é, desde já. (BRANDÃO, [1928] 1985, p. 122-123)

Mas, para que o proletariado desfrutasse de potencial de ação autônoma, era preciso elaborar uma política de alianças táticas consequente com este objetivo estratégico. Certamente ressoam sobre esta formulação do autor as ideias de Lenin e o processo revolucionário russo, no qual o elemento da política de alianças foi de suma importância. De acordo com o autor:

[...] nenhuma dúvida é possível: segundo as próprias palavras de Lênine num de seus livros fundamentais de tática, o proletariado industrial e o seu partido têm de procurar aliados não somente no período posterior a revolução proletária, como igualmente no período anterior (é o nosso caso). Não importa que sejam aliados hesitantes, pouco seguros. Temos de procurá-los: eis um de nossos problemas fundamentais. (BRANDÃO, [1928] 1985, p. 124)

Em seguida, lista uma série de setores com os quais seria possível a elaboração de alianças – seguindo a análise da formação social e das forças de classe previamente realizada – com o intuito de vencer o domínio agrarista e tomar o Estado agrário formado no Brasil sob sua hegemonia. A formação de uma frente única com as forças inimigas do Estado agrário vem acompanhada de uma série de diretrizes táticas que prezam pela ação paralela do proletariado na elaboração de formas independentes de

organização e atuação, forçando a radicalização da pequena-burguesia. Esta radicalização seria favorecida pelo processo de proletarização da pequena-burguesia, fazendo com que, ao transcender seus limites pequeno-burgueses, esta adquirisse outro conteúdo. (BRANDÃO, [1928] 1985, p. 130).

Deste modo, torna-se possível encadear os dois processos revolucionários em questão, em uma perspectiva de revolução permanente que capta a especificidade de revolução brasileira:

[...] o melhor modo de trabalharmos pela revolução proletária é procurarmos os meios de *transformar a revolução democrática pequeno-burguesa em revolução proletária*. [...] Um dos nossos trabalhos fundamentais deve consistir em *lutar para que a revolução democrática pequeno-burguesa seja colocada num plano inclinado que a faça rolar no sentido da profundidade da revolução operária*. (BRANDÃO, [1928] 1985, p. 131; grifos meus)

Apesar de apresentar um fundamento nacional que permite identificar as especificidades do caso brasileiro, a imagem do Brasil formulada por Brandão seria rechaçada pela III Internacional após a derrota do levante de Xangai e da realização do VI Congresso da organização, marcada pela mudança da estratégia de frente única para uma linha de “classe contra classe”²¹ (ANTUNES, 1995, p. 23). Além disso, com a intervenção do Secretariado Sul-americano, primeiro influxo stalinista no PCB, a IC pela primeira vez impunha com disciplina férrea aos PC’s dos países coloniais e semi-coloniais suas diretrizes de interpretação histórica (ZAIDAN, 1985, p. 50). Rompia-se a “negligência salutar” da IC com o PCB, que permitiu o desenvolvimento de uma interpretação evidentemente limitada, mas que tinha familiaridade com as especificidades nacionais, para substituí-la por uma teoria tão ou mais limitada, e completamente alheia às especificidades histórico-concretas²² (ANTUNES, 1995, p. 30-31).

Através da intervenção do SSA no Brasil, Brandão e outros integrantes da Comissão Central Executiva (CCE), como Astrojildo Pereira, foram afastados acusados de “menchevismo” e de “desvios pequeno-burgueses” após o III Congresso do PCB em

²¹ A linha “classe contra classe”, ou “social fascismo”, entraria em vigor no VI Congresso da IC como tentativa de barrar a ascensão do nazismo. Em seus termos, a social-democracia seria a ala esquerda do reformismo burguês, enquanto o nacional-socialismo seria sua ala direita; o proletariado deveria atuar sozinho no enfrentamento direto. Para isto, ver Hajék (1988b, p. 192).

²² No mesmo sentido, Lobo ([1931] 2015, p. 76, et seq.) declara: “Condenado o ‘Agrarismo e Industrialismo’ como desvio menchevista, nem por isso se tratou de fazer coisa melhor. Apenas um outro documento, reeditando velhos erros oportunistas, tem surgido para tornar ainda mais confusa a situação, para obscurecer ainda mais o espírito da classe operária e da massa do partido”.

1928/1929²³. Após seu afastamento, Brandão seria uma figura proscrita do PCB e apagada da memória do partido. Suas formulações sobre a particularidade de realidade nacional seriam postas de lado, rompendo-se temporariamente o vínculo dos comunistas com a especificidade brasileira. Exilado na União Soviética em 1930, Brandão permaneceria isolado mesmo após retornar ao Brasil, vivendo como um exilado dentro do seu próprio país. O autor se afasta definitivamente do PCB em 1957. Falecendo em 1980, tais anos marcariam a retomada do estudo da obra de Brandão e o início de sua reabilitação intelectual²⁴.

3. A interpretação dos Trotskistas: Pedrosa, Xavier e o Grupo Comunista Lenin

Em 1930, com a fundação do Grupo Comunista Lenin (GCL), o PCB assistiria o surgimento da primeira dissidência formada a partir de seus quadros, para atuar no mesmo campo político (KAREPOVS ET AL., 2007, p. 237). A história de sua fundação vem sendo narrada de maneira anedótica através da doença de Mario Pedrosa, que o teria feito permanecer em Paris, em 1927, quando estava a caminho da Escola Leninista, em Moscou. Em sua estadia, Pedrosa teria travado contato com integrantes do Partido Comunista Francês (PCF) próximos a Trotsky, tomando partido em sua ruptura com a IC em 1928 – após o VI Congresso – e fundado uma organização política sem qualquer base social ou partidária, por via epistolar, a partir de uma carta endereçada a Lívio Xavier no Brasil.

De fato, a carta de Pedrosa endereçada ao Brasil é um elemento importante da história, mas, entretanto, ela integra uma trama mais complexa de acontecimentos, que tem relação com três tipos de divergências no seio do PCB, já presentes antes do VI Congresso e da ruptura definitiva de Trotsky: i) divergências políticas quanto à estratégia democrático pequeno-burguesa para a revolução brasileira; ii) divergências quanto à política de “unidade sindical” posta em prática pelo PCB nos anos 1920; iii)

²³ Conforme apontado por Antunes (1995, p. 23), outros marxistas sofreram com este processo, como Lukács e Gramsci. Lukács foi completamente pego de surpresa por esta reviravolta política da IC. Tendo acabado de redigir as Teses de Blum ([1928] 2014), a análise da revolução húngara feita por Lukács segue o molde de uma frente ampla, o que o levou a primeira, de muitas, autocríticas.

²⁴ Nos anos 1980, com a emergência da classe trabalhadora como um ator político relevante no processo de redemocratização, se coloca como questão a história da classe trabalhadora brasileira e seu papel político na história do país. No bojo deste processo surgem diversos estudos sobre o movimento operário da Primeira República e sobre a classe trabalhadora brasileira. Sobre isso, ver Costa (2014, p. 135-138) e, especificamente para a avaliação da obra de Brandão nestes marcos, Moraes (2006, p.17-18).

divergências quanto à presença de intelectuais no partido, em um contexto de crescente bolchevização e de fortalecimento de uma cultura política “obreirista”.

Em primeiro lugar, as divergências políticas sobre o programa do PCB para a realidade brasileira teriam início ainda antes do III Congresso do partido, em uma reunião da CCE, em 1927, na qual seria deliberada a aliança com Prestes e o tenentismo. Fazendo um balanço das políticas postas em prática até então pelo PCB, a CCE constatou que a política teria sido demasiadamente sectária, colocando a necessidade de estreitar os laços com o tenentismo. Joaquim Barbosa e Rodolpho Coutinho, membros da comissão, alegaram “que unir-se à Coluna Prestes, um ‘movimento pequeno-burguês’ seria o mesmo que trair o proletariado e ‘todos os ensinamentos de Marx e Engels’” (DULLES, [1974] 1977, p. 282). Enquanto Barbosa se absteve da votação, Coutinho foi o único membro que votaria contra a aliança com Prestes, o que culminou em seu afastamento, vindo a integrar a LCB anos depois.

Quanto à política sindical, a principal polêmica estava relacionada à atuação do PCB nos sindicatos. A principal queixa nesse sentido também vinha de Joaquim Barbosa, que à frente da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro, constatou que o PCB insistia em completa submissão do sindicato à rígida disciplina do partido, tendo em vista a necessidade de obtenção de resultados eleitorais do Bloco Operário e Camponês (BOC) em 1928. Barbosa considerava que: “os líderes do partido desvirtuavam a ação sindical, convertendo-a em instrumento político” (DULLES, [1974] 1977, p. 286). Além disso, eram postas críticas a política de unidade sindical sob hegemonia dos comunistas, que, ao mesmo tempo em que apregoava a unidade, combatia ferrenhamente os sindicatos “amarelos”, ou reformistas. (ZAIDAN, 1985, p. 116-117). Esta divergência levaria Barbosa, e a célula por ele liderada, chamada 4R, composta por cerca de quarenta trabalhadores, em sua maioria alfaiates, a deixarem o PCB.

Segundo Dulles ([1974] 1977, p. 286-287 et seq.) em tal ocasião “um grupo de intelectuais sem nenhum contato direto com as massas rompeu com a liderança do PCB por motivos diferentes”, tendo o autor nomeado este episódio de “cisão do PCB”. Apesar de enfatizar a ausência de um contato direto com as massas por parte dos intelectuais, é interessante notar a coincidência de ambas as cisões, “reconhecidas por alguns historiadores a antessala da oposição” (KAREPOVS ET AL., 2007 p. 239).

Por último, cabe destacar o clima extremamente hostil aos intelectuais que transcorreu no PCB a partir do início do processo de bolchevização, em 1928/29, e que

se acentuaria nos primeiros anos da década de 1930. Nas palavras de Dulles ([1974] 1977, p. 404/405 et seq.): “De acordo com Rachel de Queiroz, no Rio de Janeiro, um intelectual, que desejasse ingressar no PCB tinha de passar por mil testes para mostrar que fazia parte do proletariado”²⁵. Comparado ao PCB, “[a] Liga Comunista dos trotskistas era uma enseada aprazível para os intelectuais comunistas...”.

Com o regresso de Pedrosa, fundou-se o GCL, articulado no Brasil por Lívio Xavier, ainda que a situação fosse desfavorável (KAREPOVS ET AL., 2007, p. 241). Junto a eles se somariam as fileiras desta primeira geração de trotskistas: Rodolpho Coutinho, Aristides Lobo e Plínio Gomes Mello.

Ambos nascidos no mesmo dia do ano de 1900 e vindos do nordeste para o Rio de Janeiro na mesma época – o primeiro pernambucano, o segundo cearense – morariam na mesma pensão e estudariam na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Nesta ocasião, teriam seu primeiro contato com o marxismo, nas aulas do professor Edgardo de Castro Rebello²⁶, futuro integrante do grupo. Selando desde então uma duradoura relação de companheirismo, o interesse dos autores pelo marxismo estaria ligado no caso do primeiro à crítica de arte e no segundo à crítica literária, áreas nas quais se consagraram. Apesar disto, ingressariam no PCB em 1927, iniciando uma trajetória de militância intelectual que deixaria uma contribuição notável para o marxismo brasileiro (CANDIDO, 2001, p. 13; NETO, 2001, p. 86).

O GCL, Liga Comunista Brasileira (LCB) a partir de 1931, se apresentaria como uma fração “bolchevista-leninista” na disputa pela direção política do PCB, como uma ala da Oposição de Esquerda Internacional (OEI) no partido. Esta postura foi abandonada em 1934, com a mudança na linha da OEI, que acarretou a fundação da Liga Comunista Internacionalista (LCI), principal organização da primeira geração de trotskistas brasileiros, que se estende até 1939 (KAREPOVS ET AL., 2007, p. 237). Os textos aqui estudados se restringem ao período da LCB, no qual os trotskistas ainda

²⁵ Dulles ([1974] 1977, p. 404-405 et seq.) relata uma censura da direção do partido ao segundo romance da escritora, *João Miguel*. O manuscrito da obra já se encontrava nas mãos do editor quando a direção do partido pediu uma cópia. Um mês depois a escritora foi chamada a direção do PCB: “o Partido considerava a obra uma história reacionária e pequeno-burguesa. Conforme estava o partido negava-lhe o imprimátur. E, como Rachel de Queiroz não concordasse com as ideias ditadas pelo Partido, que acarretariam uma mudança na narrativa e em 30 personagens do romance, viu-se expulsa do PCB”.

²⁶ Edgardo de Castro Rebello (1884-1970), foi professor da FND desde 1914, passa para catedrático de direito comercial em 1931. Adere ao marxismo no final dos anos 1920, formando na faculdade o primeiro grupo de intelectuais marxistas em uma universidade ainda nos anos 1930, juntamente com Hermes Lima e Leônidas de Rezende, contribuindo enormemente para a difusão do marxismo no Brasil.

buscavam fazer oposição interna ao PCB, e na disputa por seus rumos, produziu o primeiro debate marxista sobre o Brasil.

Outra contribuição importante da tendência seria na difusão do marxismo no Brasil, através da tradução de diversas obras clássicas para a publicação pela Editora Unitas, sediada em São Paulo. Dentre as traduções destacam-se *O Estado e a Revolução*, de Aristides Lobo, e a *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, de Trotsky, feita por Pedrosa (CASTRO, 2013, p. 5). De um modo geral, os integrantes da tendência possuíam um nível cultural elevado e dominavam línguas estrangeiras. Para ficar apenas nos autores tratados, Pedrosa tinha realizado o ensino médio na Suíça e era fluente no idioma alemão e tinha estudado teoria econômica na Alemanha, e Xavier era fluente no idioma francês.

3.1 Esboçando uma interpretação marxista do Brasil

Escrito por Mario Pedrosa e Lívio Xavier em 12 de outubro de 1930 – após intensas discussões no interior do GCL para realizar uma “homogeneização ideológica” – e publicado no número 6 de *A Luta de Classe*, principal órgão de imprensa do GCL, em outubro de 1930, *Esboço para uma análise da situação econômica e social brasileira* “constituiu, durante boa parte dos anos 1930, base para a direção internacional do movimento trotskista em suas discussões sobre o Brasil” (ABRAMO, 2015, p. 14). Apreendido pela polícia em outubro do mesmo ano durante o movimento armado de 1930, o texto circulou pouco na época da sua publicação. A redescoberta do *Esboço* foi feita a partir de uma nota de rodapé de um livro posterior de Pedrosa, que indicava a publicação do texto em *La Lutte de Classes*, órgão da oposição comunista francesa, de fevereiro/março de 1931. A partir desta versão o texto foi retraduzido para o português e publicado no Brasil nos anos 1980.

A despeito da brevidade do texto, cerca de quinze páginas, e de se apresentar como um esboço, o *Esboço* em questão revela grande profundidade teórica e acuidade no tratamento da formação social brasileira, mostrando um grande avanço em sua interpretação da realidade brasileira, sobretudo se comparado ao “marxismo-leninismo” em voga nos anos 1920. Pela estrutura do argumento, cuja clareza contrasta com estilo confuso adotado por Brandão, constata-se que os autores têm domínio da crítica da economia política marxiana, assim como de *O Capital*, algo que certamente tem relação com o conhecimento de língua estrangeira, dada a inexistência de edições em português.

Por último, o *Esboço* tem a vantagem de se debruçar sobre o processo de desintegração da Primeira República no momento em que se rompia esta ordem, certamente um ponto de observação privilegiado para os autores.

O ponto de partida do esboço são os capítulos XXIV e XXV de *O Capital*, no qual Marx apresenta a gênese da produção capitalista a partir da acumulação primitiva de capital e da teoria da colonização sistemática²⁷. Deste modo, iniciam considerando que o capitalismo e a propriedade privada foram “exportados diretamente das metrópoles para o Novo Mundo” (PEDROSA E XAVIER, [1931] 2015, p. 62-63 et seq.). A especificidade consistiria no fato de “nas colônias o excesso de terra pode ser transformado em propriedade privada e meio individual de produção”, como ocorre nos processos de “colonização sistemática”. Isto implica diretamente na forma como ocorre a transição para o capitalismo no Brasil, operando, nos termos de Marx, uma simples mudança de forma.

Para os autores: “O Brasil nunca foi, desde sua primeira colonização, mais do que uma vasta exploração agrícola”. O que caracterizaria a economia colonial, nestes termos, é a presença do *latifundium*, do trabalho escravo, e a “produção dirigida pelos senhores da terra com sua clientela, burguesia urbana e uma pequena parcela de trabalhadores livres, tanto nas cidades como nos campos” (PEDROSA E XAVIER, [1931] 2015, p. 64 et seq.). Deste modo, a “produção agrícola colonial foi destinada desde o começo aos mercados externos”. A burguesia responsável pela gestão da produção, “tem suas raízes no campo, e não na cidade”, fator determinante para explicar a formação do Estado brasileiro, e a tradição política autoritária desta classe.

O Estado seria marcado por um rígido esquematismo de classe, calcado nas respectivas elites locais que ascenderam ao longo do período colonial: cana de açúcar, ouro, etc.. Com o surgimento da cultura cafeeira, tem início à transição para o capitalismo, e com isto, a facção paulista da burguesia impôs a forma política republicana às diversas oligarquias locais, na medida em que “não podiam aceitar a forma de produção reacionária e patriarcal” (PEDROSA E XAVIER, [1931] 2015, p. 65-66 et seq.). Tal imposição objetivava “operar, sem choques muito graves, o desenvolvimento capitalista nas antigas províncias unidas por liames puramente políticos, mas em compensação, separadas por uma diversidade quase sem igual de

²⁷ Em uma passagem os autores caracterizam a economia colonial como uma forma peculiar de feudalismo, no qual “todos vinham explorar a força de trabalho do indígena adaptado e do negro importado” (PEDROSA E XAVIER, [1931] 2015, p. 64).

possibilidades econômicas”. A centralização política seria um pré-requisito e um estímulo para o desenvolvimento da cultura cafeeira, um desenvolvimento tipicamente capitalista.

Este desenvolvimento tomava por base a estrutura produtiva colonial, usufruindo de todas as condições por ela reunidas: “terras virgens, ausência de rendas fundiárias, possibilidade maior de especialização na produção, numa palavra, possibilidades de monocultura” (PEDROSA E XAVIER [1931] 2015, p. 66). O desenvolvimento do comércio, do sistema de dívida hipotecária e do sistema de crédito, consolidada, nestes anos, uma base capitalista nacional. O problema da força de trabalho em falta fora resolvido pela imigração.

O florescimento da cultura cafeeira levou a penetração do desenvolvimento capitalista, transformando as bases produtivas mais retardatárias em sentido capitalista, e exatamente por isso, promovendo o desenvolvimento desigual das diferentes regiões, o que, por sua vez, tencionaria a forma política federativa. Isto também aprofunda as relações do Brasil com o imperialismo, integrando-se “cada vez mais à economia mundial e entra na esfera de atração do imperialismo” (PEDROSA E XAVIER [1931] 2015, p. 67-68, et seq.). Com a Primeira Guerra Mundial “o crescimento industrial acentuou-se, complicando as relações de classe e os problemas decorrentes”, se intensificando a partir do governo de Epitácio Pessoa. Para os autores:

A política da burguesia orientava-se, até então, no sentido da manutenção do monopólio da produção cafeeira no mercado mundial. Com o surto da indústria e maior penetração capitalista, o problema principal complicou-se com o problema da criação de mercados internos. [...] Para o desenvolvimento dos mercados internos todos os meios são bons e um governo forte centralizado é condição essencial. (PEDROSA E XAVIER, [1931] 2015, p. 68)

A necessidade de constituir mercados internos e fortalecer sua base capitalista nacional coloca como condição essencial para o desenvolvimento indústria a presença do Estado: “a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical” (PEDROSA E XAVIER, [1931] 2015, p. 69). Assim, era preciso um Estado cada vez mais forte e centralizado, tencionando a própria estrutura federativa.

O imperialismo, por sua vez, acelera e agrava este quadro de contradições econômicas e contradições de classe. Nos termos dos autores:

O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que este desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites

do Estado. *Por esta razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz.* (PEDROSA E XAVIER, [1931] 2015, p. 68, grifos meus)

Premida entre as contradições externas e internas do desenvolvimento capitalista, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos. Neste contexto, “as palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, têm, para o governo, um caráter subversivo” (PEDROSA E XAVIER, [1931] 2015, p. 70).

A ausência de comprometimento por parte da burguesia com a construção de uma superestrutura política progressista comparece no caráter patrimonial do Estado, construído a partir das sucessivas manobras por cima da burguesia, como também na ausência de uma sociedade civil e de uma ordem democrática plena. Na medida em que o Estado é constituído por cima, não são raros os momentos nos quais a própria continuidade da existência material da burguesia, coloca como necessidade o sacrifício de seus interesses gerais de classe. Deste modo, os autores caracterizam a burguesia brasileira como tendo raízes agrárias e uma tradição política autoritária inspirada pelo bonapartismo, uma burguesia que “só começa a adquirir consciência de classe com o pavor da revolução social” (PEDROSA E XAVIER, [1931] 2015, p. 72).

Outro ponto destacado pelos autores é a inexistência de um campesinato no sentido estrito do termo, declarando que: “Nunca houve aqui terras livres; aqui também não conhecemos o colono livre” (PEDROSA E XAVIER, [1931] 2015, p. 64). Isto indica que, em sua visão, antes de servos, estes trabalhadores rurais constituíam um imenso proletariado a ser organizado, juntamente com os trabalhadores urbanos.

Observando a corrosão da ordem burguesa na Primeira República, Pedrosa e Xavier consideram duas possibilidades: ou uma centralização ainda mais forte do Estado, o que protelaria a solução das contradições entre as diferentes facções nacionais da burguesia, ou a implosão do sistema federativo e a ruptura da unidade nacional. Nesse sentido, os autores apostam em um aumento da centralização do Estado e da autonomização do executivo central sobre as frações regionais.

3.2 A revolução brasileira como revolução socialista

Com esta análise Pedrosa e Xavier divergem também da caracterização da revolução brasileira proposta pelo PCB. Ao partir da acumulação primitiva de capital, da grande exploração e das raízes agrárias e autoritárias da burguesia brasileira, tais autores acabam por constatar a impossibilidade de realizar uma aliança com tais segmentos. Deste modo, ao desconsiderar a possibilidade de um bloco burguês liberal progressista, os autores caracterizam o conteúdo da revolução como socialista, e colocam como principal tarefa a organização de um partido autônomo para o proletariado. Para tratar disto, além do *Esboço*, analisaremos *Mensagem aos trabalhadores do Brasil* ([1931] 2015), texto publicado no *Boletim da Oposição*, no qual este problema é enfocado.

Ainda tratando do *Esboço*, é preciso elaborar os desdobramentos da análise da formação social sobre a estratégia revolucionária, sobretudo no que diz respeito a sua caracterização da burguesia brasileira. Partindo de uma caracterização da economia colonial brasileira como um desenvolvimento capitalista, os autores atestam as origens agrárias da burguesia brasileira, assim com sua tradição senhorial. Como resultado da debilidade da base nacional do seu capitalismo e das pressões postas pela crescente penetração do imperialismo no Brasil, a burguesia brasileira abriria mão de seu projeto político liberal, na medida em que este projeto coloca em xeque sua própria base material. Assim, esta burguesia não possui qualquer apreço ou compromisso pelos valores democráticos, ao passo que assume uma postura conservadora e contrarrevolucionária diante da mais tímida e incipiente tradição democrática.

Estes pontos são reafirmados na *Mensagem aos trabalhadores do Brasil*, documento da LCB posterior ao *Esboço* – publicado no nº1 do *Boletim da Oposição de Esquerda* – no qual as posições decorrentes desta interpretação são desenvolvidas no plano da estratégia política. Isto é necessário, na medida em que o *Esboço* fica restrito ao tratamento da formação econômico-social, apenas tangenciando a questão da revolução brasileira. Na mensagem, a LCB declara:

Nenhuma fração da burguesia, por mais liberal que seja o seu rótulo, pode efetivar as promessas democráticas. A luta de classes é mais poderosa do que as abstrações do liberalismo político. Na fase imperialista do capitalismo, a democracia burguesa – democracia formal – não passa de mistificação. A burguesia não tem mais

interesse direto na realização das reivindicações democráticas. (KAREPOVS E ABRAMO, 2015, p. 58 grifos meus)

Na ausência de qualquer compromisso da burguesia com a democracia e tendo em vista exatamente seu caráter antidemocrático, os trotskistas compreendem que a realização de uma revolução democrática no Brasil seria uma tarefa do proletariado:

Só o proletariado pode combater pelas reivindicações democráticas, pois só ele tem interesse vital na conquista da democracia. Diante do proletariado, como classe, todas as frações da burguesia não têm divergências e, conservadores e liberais, fazem frente única. Quando o proletariado reclama as mais elementares palavras de ordem, procura abafar sua voz a mão pesada da reação burguesa. (KAREPOVS E ABRAMO, 2015, p. 59 grifos meus)

Assim, na visão dos primeiros trotskistas brasileiros, não existiria um bloco de classes anti-agrarista, mas sim um bloco composto pela burguesia, que mantinha indissolúvel unidade diante do proletariado. Deste modo, a revolução em questão não seria a revolução democrático-burguesa nacionalista, qualquer que seja a especificidade da sua forma motriz, mas uma revolução socialista que construísse a ditadura democrática do proletariado. Para isto, como aponta Pedrosa e Xavier ([1931] 2015, p. 74 et seq.) era preciso urgentemente criar um partido de massas proletário, que permitisse à classe a realização da sua tarefa histórica: “a instauração da ditadura proletária e salvaguarda da unidade nacional mediante a organização do Estado soviético”.

4. Sobre os fundadores do marxismo brasileiro

A interpretação da realidade brasileira elaborada pelos trotskistas da LCB diverge frontalmente daquela propagada pelo PCB. Ao compreender o desenvolvimento brasileiro como um processo essencialmente capitalista, apontar para o caráter agrário e antidemocrático da burguesia nacional, e rechaçar qualquer possibilidade de aliança com estes setores, os trotskistas colocavam em xeque a teoria da revolução brasileira oficial do PCB. Segundo esta teoria, era preciso realizar uma revolução democrática pequeno-burguesa que colocasse as possibilidades para a realização de uma revolução socialista. Os trotskistas, por sua vez, acreditavam que tais tarefas democráticas e tais condições históricas necessárias à revolução socialista deveriam ser obra dos próprios trabalhadores. Esta era a controvérsia fundamental posta na esquerda brasileira ao final

dos anos 1920, em um clima de decomposição da Primeira República, lembrando que ambos os textos foram escritos antes de Revolução de 1930.

Se por um lado o afastamento de Brandão e de todo grupo dirigente do partido – vitimados pelo obreirismo que primeiro atingiria os egressos do trotskismo brasileiro – retirou muito do fôlego do debate, por outro, o reduzido raio de alcance da discussão dos trotskistas acabou se mostrando incapaz de mantê-la viva. Os dirigentes vinculados ao stalinismo que então controlaram o PCB ao longo dos anos 1930 não estariam interessados em retomar a discussão, muito menos na recuperação de sua memória, fazendo todo o possível para ocultar esta discussão e seus possíveis desdobramentos teóricos e práticos.

Caio Prado Jr. ([1966] 2014, p. 39) acaba por contribuir para este ocultamento em sua crítica ao “esquema consagrado” do PCB, na qual o autor não estabelece qualquer distinção entre o primeiro ciclo político do partido e sua interpretação fundamentada na realidade brasileira, e a teoria bolchevizada que se enraizou no partido após seu III Congresso. Além disso, o autor também não faz qualquer referência à interpretação formulada pelos trotskistas, que se aproxima muito da sua leitura sobre a realidade brasileira. Mesmo tendo notícias de uma discussão entre Caio Prado e Lívio Xavier em torno de *Evolução Política do Brasil* ([1933] 2012), não há qualquer menção por parte de Prado à contribuição do autor para o marxismo brasileiro.

Ao argumentar que há um debate marxista sobre a realidade brasileira, formado sob o influxo da Revolução Russa, ao longo dos anos 1920, procuramos defender o contrário. Já nos anos 1920, o marxismo brasileiro apresentou interpretações criativas, e com alto nível de elaboração, sobretudo se consideradas as condições intelectuais extremamente limitadas, inclusive do ponto de vista material mais imediato, já que não existiam publicações de textos clássicos de Marx, Engels e da tradição marxista. Como procuramos mostrar, os formuladores pioneiros dos anos 1920 contribuíram para a criação destas condições, com traduções e iniciativas editoriais. Com isso, espero ter contribuído para resgatar estas contribuições e das condições históricas que as suscitaram.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, F. *Apresentação*. In: ABRAMO, F. KAREPOVS, D. (Orgs.) *Na Contracorrente da História. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. São Paulo: Sundermann, [1931] 2015.

- ANTUNES, R. *Os Comunistas no Brasil: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB)*. Cadernos do AEL, Campinas: nº 2, 1995, pp. 12-34.
- ARICÓ, J. *O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional*. In: HOBBSAWN, E. (org.). *História do marxismo – volume VIII: o marxismo na época da terceira internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 409-460.
- O Marxismo latino-americano nos anos da III Internacional*. In: Hobsbawm, E. (Org.) *História do Marxismo – Vol 6: o marxismo na época da III Internacional: da internacional comunista de 1919 às frentes populares*. São Paulo: Paz e Terra. 1988.
- AZEVEDO, D. N. *Octávio Brandão e o Encontro com o Pensamento Marxista*. In: XXVIII Simpósio Nacional de História (anais), 2015.
- BANDEIRA, M et al. *O Ano Vermelho*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.
- BATALHA, M. *A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX*. In: MORAES, J. Q. *História do Marxismo no Brasil. Vol. 2 – Os influxos teóricos*. Campinas: Editora Unicamp, 2014.
- BIANCHI, A. *Octavio Brandão e o Confisco da Memória: nota à margem da história do comunismo brasileiro*. *Crítica Marxista*, São Paulo: Editora UNESP, nº 34, 2012, pp. 133-149.
- BRANDÃO, O. *Canais e Lagoas*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro dos Santos, 1919.
- _____. *Combates e Batalhas*. Memórias. 1º volume. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- _____. *Russia Proletaria*. Rio de Janeiro: Voz Cosmopolita, 1923.
- _____. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2ª edição. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- _____. *O Proletariado Perante a Revolução Democrática Pequeno-burguesa*. In: ZAIDAN, M. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, [1928] 1985.
- _____. *Uma Etapa da História de Lutas*. In: Brandão, O. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2ª edição. São Paulo: Anita Garibaldi, [1957] 2006.
- CASTRO, R. F. *Mario Pedrosa, Lívio Xavier e a história do marxismo no Brasil*. Blog Marxismo 21, 2013. Disponível em: <<http://marxismo21.org/mario-pedrosa-e-livio-xavier-2/>> acesso em: 26/06/2017.
- CANDIDO, A. *Um socialista singular*. In: NETO, J. C. M. *Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- COUTINHO, C. N. *A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Jr*. In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular , 4ª edição, 2011a.
- _____. *N. Graciliano Ramos*. In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular , 2011b.
- COSTA, E. V. *A nova face do movimento operário na Primeira República*. In: *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- CUNHA, E. *Os sertões*. São Paulo: Nova Cultural, [1902] 2002.
- DEL ROIO, M. *Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil*. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, 2004, p.115-132.
- DULLES, J. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira [1974] 1977.
- HAJÉK, M. *A bolchevização dos partidos comunistas*. In: Hobsbawm, E (org.). *História do Marxismo. Vol 6: o marxismo na época da III Internacional: da internacional comunista de 1919 às frentes populares*. São Paulo: Paz e Terra. 1988a.
- _____. *A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha*. In: Hobsbawm, E (org.). *História do Marxismo. Vol 6: o marxismo na época da III Internacional: da internacional comunista de 1919 às frentes populares*. São Paulo: Paz e Terra, 1988b.
- KAREPOVS, D. et al. *Trotsky e o Brasil*. In: MORAES, J. Q. (org.) *História do marxismo no Brasil – Vol. 4 – Os influxos teóricos*. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

- KAREPOVS, D. ABRAMO, F. (Orgs.) *Mensagem aos trabalhadores do Brasil*. In: *Na Contracorrente da História. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. São Paulo: Sundermann, [1931] 2015.
- KONDER, L. *A Derrota da Dialética: A recepção das idéias de Marx no Brasil, até o início dos anos trinta*. Rio de Janeiro, Campus, 2009.
- _____. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- LACERDA, F. C. *A Transição de Octávio Brandão ao Marxismo: os livros Canais e Lagoas e Rússia Proletária*. In: XXVIII Simpósio Nacional de História (anais), 2015.
- LOBO, A. *A Situação Brasileira e o Trabalho para o seu Esclarecimento*. ABRAMO, F. KAREPOVS, D. (Orgs.) *Na Contracorrente da História. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. São Paulo: Sundermann, [1931] 2015.
- LUKÁCS, G. *O processo de redemocratização*. In: LUKÁCS, G. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1856-71*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- _____. *Tesis de Blum*. In: LUKÁCS, G. *Tática y ética. Escritos tempranos (1919-1929)*. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, [1928] 2014.
- MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MAZZEO, A. C. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MORAES, J. Q. *Um Livro Fundador*. In: BRANDÃO, O. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2ª edição. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- _____. *A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro*. In: MORAES, J. Q.; REIS, D. A. *História do marxismo no Brasil*. 2.ed. v.1. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- _____. *Octávio Brandão*. In: PERICÁS, L. B. & SECCO, L (org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- NETO, J. C. M. *O jovem intelectual e os primeiros anos de militância socialista*. In: *Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- PEDROSA, M. XAVIER, L. *Esboço para uma análise da formação econômica e social brasileira*. ABRAMO, F. KAREPOVS, D. (Orgs.) *Na Contracorrente da História. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. São Paulo: Sundermann, [1931] 2015.
- PEREIRA, A. *Formação do PCB 1922-1926*. 3ª edição. São Paulo: Anitta Garibaldi, [1962] 2012.
- PINHEIRO, P. S. *Estratégias da Ilusão: A revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- _____. *Fundadores do marxismo nacional: interpretações marxistas do Brasil na Primeira República (1922-1931)*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2016.
- PRADO JR., C. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, [1933] 2012.
- _____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, [1966] 2014.
- SILVA, A. J. *Tempo de Fundadores*. In: MORAIS, J. Q. & DEL ROIO, M. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2000. v 4 – Visões do Brasil, 2014.
- _____. *Agrarismo e industrialismo: uma primeira tentativa marxista de interpretação do Brasil*. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, nº 8, 1997, p. 43-55.
- ZAIDAN, M. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.